

Educação Matemática no contexto de uma Escola Especial para Surdos

Evânia Teresinha da Silva
evaniatsilva@gmail.com

Wagner Mendonça Camargo
wm.camargo@hotmail.com

Suelen Assunção Santos
suelenass@icloud.com

RESUMO

O presente artigo analisa a inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos (EMEES), Gravataí, Rio Grande do Sul. A escola é de educação básica, na modalidade especial e todos os professores utilizam a Libras (Língua Brasileira de Sinais) em suas atividades laborais. O aluno observado nasceu surdo e com paralisia cerebral (PC) comprometendo suas atividades motoras, frequentando uma turma de Ciclo 3, no turno da manhã. Possui currículo adaptado de matemática, bem como suas atividades em sala de aula, incluindo avaliações. A análise foi realizada através de entrevista com a professora titular de matemática e com a supervisora da escola com o objetivo de observar a metodologia, a avaliação, os materiais diferenciados, a disposição da sala e se a perspectiva da inclusão é entendida e praticada na escolas.

PALAVRAS- CHAVE: matemática, inclusão, dificuldade de aprendizagem.

PALAVRAS INICIAIS

O presente artigo científico tem como tema de pesquisa as dificuldades de aprendizagem em matemática na perspectiva da inclusão e pretende provocar uma análise e reflexão a respeito da mesma, levando em conta os conceitos e princípios que vem sendo deliberados na esfera das políticas educacionais e na educação matemática.

O termo “inclusão” já traz implícito a ideia de “exclusão”, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. Mas o que é de fato a inclusão? A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

Para que a inclusão escolar aconteça efetivamente, é preciso repensar a educação, atualizar as concepções referentes a ela e dar real significado a construção de todo o indivíduo, tendo ele necessidades especiais ou não.

Outro ponto a ser transformado é o paradigma das entidades educacionais, centrada muito mais no aprendiz com seus resultados quantitativos do que em suas potencialidades, favorecendo assim uma parcela diminuta de alunos.

A inclusão se dá a partir do momento que a sociedade reconhece e valoriza a diversidade como formação de qualquer laço social, garantindo o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades sociais, respeitando a peculiaridade de cada um.

Buscar compreender o processo de inclusão do aluno com múltiplas deficiências em escola especial para surdos, do município de Gravataí-RS, é o princípio deste trabalho. A partir dessa busca, perceber quais são os facilitadores e as barreiras desse processo e tendo como objetivos específicos:

- Compreender qual a concepção de educação inclusiva que a escola possui;
- Observar a organização estrutural da escola para receber alunos que tenham outras deficiências, além da surdez;
- Observar a metodologia, os materiais diferenciados e as avaliações utilizadas com o aluno incluído;
- Perceber o efetivo papel da família na contribuição desta inclusão;
- Identificar as dificuldades de aprendizagem do aluno incluído em matemática.

O tema escolhido é de suma importância para o conhecimento e esclarecimento de todos docentes e para a sociedade, pois para que a inclusão ocorra se faz necessária a superação de exigências e de vários desafios como: a participação e apoio total da família do aluno incluído, a capacitação de professores, as metodologias pedagógicas diferenciadas, o envolvimento de todos os setores da escola, incluindo os especialistas, criando assim uma rede de apoio e produção para a inclusão realmente dita. Com isso, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações e interações entre indivíduos.

A metodologia de pesquisa utilizada neste artigo foi a análise qualitativa, por meio de observações e entrevistas coletadas, tendo por fim a qualificação das respostas, visando à compreensão de como ocorre a inclusão e as dificuldades matemáticas dos alunos incluídos na escola observada.

PERSPECTIVA TEÓRICA DA INCLUSÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº. 8069/90, em seu artigo 53, prevê o direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A Resolução CNE/CEB nº 2 de 09/2001 também define diretrizes para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais na Educação Básica, e assegura a matrícula

de todos os alunos, todavia cita o mesmo que cabe às escolas organizar-se para o atendimento desses alunos com uma educação de qualidade para todos.

A lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece em seu artigo 58, que a oferta da educação especial deve ser preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com NEE (Necessidades Educativas Especiais), com início na faixa etária de zero a seis anos, na educação infantil, tendo como apoio o serviço especializado para atender as especificidades desses alunos, dentro das escolas regulares.

Quando a integração do aluno especial não for possível na escola regular, ele tem direito ao atendimento educacional em instituições especializadas, como está disposto no artigo 58 § 2º da LDBEN/96. Esse artigo define inclusive a educação especial para o trabalho, visando à integração na vida em sociedade, além de abordar o acesso aos benefícios dos programas sociais disponíveis para o mesmo nível do ensino regular. Conforme Art. 58º:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL,1996, p. 21).

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam por intermédio das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

Nas escolas, não raramente, depara-se com as resistências por parte dos professores e direções, manifestadas por questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas que não existem. O problema se agrava quando o professor está totalmente dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde, pois nesse caso a questão clínica se sobressai e novamente o caráter pedagógico fica esquecido. Com isso o professor se sente desvalorizado e fora do processo por considerar esse aluno como “doente”, concluindo que não pode fazer nada por este, porque necessita de tratamento clínico especializado. O docente perante este

cenário se julga incapaz de dar conta das necessidades do discente. Essa realidade é ainda agravada pela falta de material adequado, de apoio administrativo, de recursos financeiros e humanos.

Com frequência se observa a dificuldade dos professores, a partir de suas falas carregadas de estigmas, frustrações e medos: "não sou capaz disso", "não sei por onde começar", "é preciso ter uma equipe técnica na escola", "a direção não entende", "vai prejudicar os outros alunos", "não vou beneficiar o aluno com deficiência", "a criança com deficiência sofre rejeição dos outros alunos", "preciso de assessoramento em sala de aula, tanto para os com deficiência quanto para os de altas habilidades", "ficamos angustiados e sem ação frente a esse aluno", "precisamos de pessoal qualificado que nos ajude a amenizar a angústia que temos ao trabalhar com eles", "o professor encontra-se perdido quanto à inclusão", "alunos e professores despreparados para aceitá-los", "imposto pelo MEC, as escolas tem que recebê-los", "qual as metodologias mais rápidas, eficientes e adequadas ao nosso aluno?", "necessitamos treinamento específico", "não somos preparados para atuar em todas as áreas", "como alfabetizar o deficiente?", "como realizar uma prova diferente para o aluno especial?", "que atitude tomar com a criança hiperativa se os outros alunos não aceitam o diferente?", "o professor encontra-se perdido diante o aluno portador de necessidades especiais", "como trabalhar esse aluno na parte psicológica?", "os professores são despreparados para atender melhor o aluno especial", entre outras.... Conforme Figueira (1995):

palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente. Às vezes, o uso de certos termos, muito difundido e aparentemente inocente, reforça preconceitos. Além dessas falas, temos observado, o medo da mudança com a certeza do fracasso e medo da diferença onde se sentem ameaçados, os que provocam afastamento, o estigma e conseqüentemente o preconceito. O professor desconhece quem é este sujeito, suas possibilidades, seus desejos, suas dificuldades e limites.

Aliado a esse contexto escolar, encontramos a dificuldade do ponto de vista econômico, principalmente nos pequenos municípios, que analisam o custo benefício da acessibilidade, tais como, adaptar os ônibus, com o custo elevado para o número insignificante de pessoas com deficiência. Ocultado ou eclipsado a essa lógica está a ideia de que as pessoas com deficiência são improdutivas e por isso pouco se deve investir nestas. Contudo esse posicionamento dificulta a entrada na escola e no trabalho, acentuando assim a sua condição desfavorecida em relação a outras pessoas.

O tema “dificuldade de aprendizagem em matemática” tem sido objeto de pesquisas, palestras, encontros, com o objetivo de descobrir as origens de tantos problemas no ensino. Algumas questões são recorrentes nestes debates e pesquisas e é extensivo também aos alunos de inclusão, muitas questões vêm sendo levantadas a fim de buscar respostas e possíveis soluções para os problemas enfrentados atualmente na educação inclusiva. Todavia, o primeiro passo para a solução do ensino de matemática para os alunos de inclusão e a modificação/adaptação didático-metodológica a cada deficiência.

METODOLOGIA

Para realizar esta análise, foram realizadas observações e entrevistas voltadas às dificuldades de aprendizagem em matemática na perspectiva da inclusão, uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos, situada na Rua Adib Teixeira Chedid, nº 25, Centro, Gravataí, Rio Grande do Sul. As entrevistas seguiram um critério estabelecido no relatório de observações estabelecidos na disciplina Prática de Ensino II, da Faculdade Inedi – Cesuca, aplicadas no segundo dia de observação, tendo como público-alvo a supervisão escolar e um professor.

A metodologia utilizada foi qualitativa em forma de entrevista, onde todas as respostas foram analisadas e todos os aspectos de inclusão observados para o desenvolvimento da pesquisa.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ENCONTRADA NA ESCOLA INCLUSIVA

A Escola/ A Inclusão

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEES), no município de Gravataí, Rio Grande do Sul, por meio de um roteiro estruturado com a professora de Matemática da turma P1C3 (Progressão do Ciclo 3), com cinco alunos, no turno da manhã, e entrevista com a Supervisora Escolar. Todas as fundamentações teóricas desta pesquisa estão baseadas nas propostas de leituras teóricas, subsidiadas pela disciplina de Prática de Ensino II do curso de Matemática Licenciatura da Faculdade Inedi – Cesuca.

A escola investigada é especial para surdos e a turma observada não possui professor auxiliar, e nem monitor para ajudar o professor titular. O aluno observado, além da surdez, possui paralisia cerebral (PC), prejudicando sua cognição e também sua parte motora (possui o lado direito do corpo paralisado), sialorreia, além de fazer uso de medicamentos. Neste

trabalho de pesquisa o aluno incluído será referido como aluno D. A professora titular elabora um planejamento diferenciado para o aluno D, com currículo adaptado e atividades e materiais diferenciados.

A questão estrutural foi um dos aspectos observados. Salas sem acessos a cadeirantes, inúmeras barreiras de locomoção, banheiros não adaptados e infiltrações nas salas de aula. No primeiro momento de observação da escola, um dos observadores foi confundido com um funcionário da prefeitura que faria o conserto da praça de recreação que estava deteriorada e com pedido de manutenção e sem realização deste até o momento.

As Visitas

As observações foram realizadas nos dias 08/09 de outubro de 2015, das 8h às 10h, horário em que o aluno D esteve nas aulas de matemática. Foram distribuídos questionários de entrevista para a professora titular e a supervisora escolar no dia 08 de outubro e recolhidos no dia 09 de outubro totalmente respondidos.

As salas de aula são temáticas, onde os alunos circulam entre elas nas trocas de períodos e possuem vários materiais expostos nas paredes, auxiliando na memória visual dos alunos surdos. As aulas são totalmente em Libras (Língua Brasileira de Sinais), as classes estão organizadas em fileiras laterais para uma melhor visualização entre todos (alunos-alunos e professor-alunos-professor), pois a Libras é de modalidade gestual-visual-espacial e implica numa cultura visual.

A aula iniciou no dia 08 de outubro com a professora corrigindo individualmente os cadernos contendo os exercícios do dia anterior, a correção também se deu junto ao caderno do aluno D. Logo após foram distribuídas para a turma atividades de fixação com expressões numéricas e para o aluno D, operações básicas de adição e subtração. A professora utilizou a caixa de material dourado, posicionando-se em frente ao aluno D. Este recurso o auxiliou na contagem e ao mesmo tempo serviu aos demais alunos. Foi percebido que o aluno D possuía caderno adaptado, com linhas grossas e lápis “jumbo” para um melhor manuseio e escrita. A aula manteve seu prosseguimento com a professora alternando ora atendimento individual entre o aluno D e os demais alunos da turma.

No dia 09 de outubro a professora havia pedido ao aluno D continuar a atividade do dia anterior, pois o aluno não costuma realizar atividades em casa, conforme relatou a professora. O aluno D prosseguia suas atividades enquanto a docente corrigia no quadro as atividades com os demais da turma. Aqui cabe salientar a forma de correção da professora:

um aluno por vez se dirige ao quadro para realizar a correção de um exercício, caso ocorria algum erro a professora conduzia questionando o aluno, que por si só, encontrava o seu erro. Desta forma não dava respostas prontas, mas sim intencionava a real compreensão e construção do conhecimento matemático da atividade.

Ao final da correção a professora pediu à turma pegar a apostila (confeccionada pela mesma professora), a fim de realizar exercícios de revisão com as quatro operações. Concomitantemente, a professora auxiliava o aluno D no término da sua atividade, que colocou a data em seu caderno, bem como colou a folha de atividades. Após a professora entregou ao aluno D um quebra-cabeça com operações de adição e subtração para que fosse organizado por este. A professora relatou que o aluno D possui currículo adaptado e todos os materiais são diferenciados, utilizando diariamente materiais concretos.

A Pesquisa

Para melhor entendimento sobre a visão de alguns profissionais da educação sobre a inclusão, o presente artigo apresenta uma análise qualitativa realizada com coletas de dados em forma de entrevista na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos. As entrevistas foram realizadas com uma professora e a supervisora escolar e estão transcritas em itálico no que segue.

Transcrição da Entrevista com a Professora

1. Qual a sua concepção em relação ao termo "educação inclusiva"?

Penso que está muito longe de acontecer. O princípio é o ideal, para que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e acesso a uma vida mais igualitária, mas o que acontece hoje, principalmente na educação básica é uma irresponsabilidade, pois estão fortalecendo a discriminação e não estão oferecendo uma educação de qualidade e igualitária.

2. Você é a favor da educação inclusiva? Por quê?

Não sou a favor da forma como está acontecendo.

3. Como você se sente trabalhando com alunos de inclusão?

Com uma enorme responsabilidade, onde tenho que atender verdadeiramente cada especificidade, sem maquiar a real situação. Preciso ter muitos olhares em um só.

Analisando as respostas fica claro que a professora se refere à inclusão como algo importante para a pessoa com deficiência, pois a mesma tem os mesmos direitos e oportunidades que os outros, porém a prática escolar entra em conflito com o discurso

inclusivo, pois apesar do engajamento do professor, a inclusão promovida pela escola está aquém do ideal.

4. A metodologia de ensino para os alunos de inclusão é diferenciada dos demais alunos?

Com certeza você tem que adaptar recursos e técnicas, quanto à metodologia, depende muito do tipo de adaptação curricular se faz necessária para cada aluno.

5. Como é a avaliação dos alunos de inclusão?

Tem que contemplar o teu objetivo e estar de acordo com o mesmo. Precisa conhecimento e bom senso.

Aqui a entrevistada destaca a fundamental importância de um currículo, de materiais e avaliações adaptados, visto que deve haver um olhar diferenciado e objetivos próprios, conforme a deficiência do aluno incluso.

6. Você vê algum preconceito da turma em relação ao aluno de inclusão?

Na realidade em que trabalho não, bem pelo contrário, observo muita cooperação.

7. Você tem alguma dificuldade em trabalhar com a educação inclusiva? Qual?

Sim muitas. Seria uma hipocrisia que é um trabalho fácil. Somos desafiados diariamente e nos mais diversos aspectos, porém qualquer fruto colhido do nosso cultivo é uma enorme vitória.

Destaca-se que a inclusão se dá de uma forma positiva e com aceitação dos demais alunos da turma e com a total colaboração dos mesmos, porém a professora salienta que o trabalho é árduo e com constantes desafios. Por outro lado, há muita valorização nas mínimas conquistas do aluno.

Transcrição da Entrevista com a Supervisora escolar

1. Qual a sua concepção em relação ao termo "educação inclusiva"? Você é a favor da educação inclusiva? Por quê?

Educação inclusiva é respeitar as diferenças de todos os alunos, proporcionando um espaço para o crescimento individual. Sou a favor da inclusão inclusiva porque possibilita aos alunos um espaço de interação e troca de experiências.

2. Quantos alunos de inclusão estudam na escola? Quais são as necessidades educativas especiais? Todos possuem laudos?

15 alunos de inclusão. Necessidades de adaptação curricular de pequeno e grande porte devido às limitações cognitivas. Nem todos possuem laudos.

Nestes relatos é evidente que o setor pedagógico escolar é a favor da inclusão, vendo nela vantagens para os alunos incluídos. Com isso a escola preocupou-se em adaptar currículos aos alunos incluídos, mesmo os que não possuem laudos. É importante destacar novamente que a escola investigada é de educação especial para surdos, no entanto, existem alunos de inclusão no interior dessa escola, ou seja, aqueles que possuem, além da surdes, outras deficiências e necessidades especiais educativas.

3. Em relação a agentes externos, o que você sugeriria para tornar eficaz a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola regular?

Os órgãos responsáveis devem disponibilizar recursos humano e financeiro para cumprir de fato a inclusão, pois na maioria das escolas é colocado o aluno com necessidades educativas especiais, mas não existe uma integração de fato, por falta de estrutura física e de profissionais qualificados para atender esse aluno.

4. Em relação aos agentes internos, você acha que a escola poderia melhorar ou mudar em algum aspecto para melhor atender os alunos com necessidades educativas especiais?

Sempre é possível melhorar, pois a educação é algo muito dinâmico e a escola deve estar sempre em processo de busca e aprimoramento do processo de ensino aprendizagem.

Aqui o setor pedagógico da escola observada, mesmo acreditando que a inclusão é de suma importância para o aluno com deficiência, reconhece que a proposta possui problemas, seja por falta de incentivo por parte do governo, seja pelo constante aperfeiçoamento da instituição para melhor atendimento da pessoa com deficiência. É interessante destacar que a desmotivação e a incredulidade dos profissionais professores, não é mencionado como um aspecto a melhorar, visto que a supervisão entende que os mesmos estão engajados na causa.

5. Quais as maiores dificuldades encontradas na educação inclusiva nesta escola?

Falta profissionais para trabalhos de apoio no turno inverso com esses alunos e também comprometimento das famílias.

6. Você acredita que os professores estão preparados para a inclusão?

O professor não está preparado para trabalhar com o processo de inclusão e na maioria dos casos se sente impotente diante da diversidade que encontra na mesma turma. Em algumas escolas o professor não tem o apoio de outros profissionais para atender esses alunos e não consegue exercer um ensino de qualidade por falta dos recursos adequados.

7. Qual a importância dos monitores de inclusão? A escola conta com este auxílio?

No nosso caso, como é uma escola especial a Secretaria de Educação não disponibiliza monitores.

8. A escola recebe alguma verba especial para as necessidades da educação inclusiva?

Sim, recebe a verba para escola especial.

9. Como é envolvimento da família dos alunos de inclusão?

Algumas famílias são bem dedicadas e outras não.

No discurso da supervisora é evidente que os envolvidos na inclusão, profissionais e familiares, não estão preparados para a inclusão da pessoa com deficiência. Outra queixa está na má gestão nas mínimas condições para que a inclusão de fato ocorra. Os professores realizam o seu trabalho sem nenhuma base científica, utilizando de sua empiria diária, ou seja, seus erros e acertos. A situação se agrava com a ausência do auxílio de outra pessoa para o manejo do aluno incluído. Outro destaque está na verba governamental que é de uso geral da escola apenas, sem nenhum acréscimo a modalidade especial da instituição, cujos alunos de inclusão possuem múltiplas deficiências e múltiplas demandas.

Através das entrevistas, juntamente com a observação realizada na escola, notou-se a necessidade de constituir uma escola em que a prática pedagógica seja estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária. A educação para todos baseia a inclusão de alunos com deficiência(s) em escolas regulares, pois onde há adaptação pedagógica, de espaço e materiais, há o respeito à diversidade e as diferentes formas de ensino e aprendizagem. A escola inclusiva, como explicitada pelas falas da professora e da supervisora escolar, para que haja inclusão, de qualquer deficiência, é necessário efetivo envolvimento, preparo e aceitação de todas as partes, caso contrário, o que realmente acontece é uma exclusão.

PALAVRAS FINAIS

Na tentativa de solucionar os problemas diagnosticados sobre a inclusão e para que ela seja práxis da escola e não apenas discurso legislativo e teórico, será necessário reavaliar uma série de barreiras arquitetônicas, tecnológicas, políticas, socioculturais e pedagógicas/didático-metodológicas. São sugestões:

- Conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno;
- Utilizar novas tecnologias;
- Investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar;
- Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem;
- Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos;
- Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações;
- Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos;
- Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

As mudanças são fundamentais para que aconteça a inclusão, no entanto exige esforço de toda a comunidade possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades individuais independentemente de um currículo de matemática (im)posto.

REFERÊNCIAS

Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília - Senado Federal, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CNB n.2 de 11 de setembro de 2001 - Brasília.

COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria Isabel E. (Orgs.). **Caminhos investigativos III:** riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos:** novos olhares na pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Estatuto da Criança e Adolescentes. Lei nº. 8069/90, em seu artigo 53.

MEC. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Brasília MEC - SEEDSP 1994.

MICHEL FOUCAULT. Disponível em:
<http://www.michelfoucault.com.br/files/Inclus%C3%A3o%20escolar%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20todos.Iolanda%20Montano%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 16/10/2015.

Ministério da Justiça - DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - Brasília, Corde, 1997.

Pedagobrasil. Disponível em:
<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>. Acesso em 11/10/2015

Portal do MEC. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticodeinclusao>. Acesso em 15/10/2015

Revista Educação em Rede: **FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE** - ISSN 2316-8919

UCB. Disponível em: www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12006. Acesso em 17/10/2015.